

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

ANO 2019

BANCO DA AMAZÔNIA S/A

SUMÁRIO

Mensagem do Conselho de Administração	3
Identificação Geral	5
Políticas Públicas e Governança Corporativa	6
Interesse Público Subjacente às Atividades Empresariais	6
Ambiente de Atuação e Modelo de Negócios	7
Atividades Desenvolvidas e Políticas Públicas	8
Principais Programas	10
Plano Plurianual (PPA)	14
Dados Econômico-Financeiros e Comentários Sobre o Desempenho	13
Impactos Econômico-Financeiros da Operacionalização das Políticas Públicas	14
Contribuição para o Desenvolvimento da Região Amazônica	15
Estruturas de Controles Internos e Gerenciamento de Risco	16
Políticas e Práticas de Governança Corporativa	17
Descrição da Composição e da Remuneração da Administração	19

Mensagem do Conselho de Administração

À sociedade brasileira de modo geral e, em particular, aos amazônidas, representados por nossos clientes, fornecedores e parceiros estratégicos, apresentamos a Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2019, que expressa o compromisso do Banco da Amazônia no processo contínuo de desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Atravessamos 2019 atuando num cenário desafiador, mas com plena confiança na entrega dos compromissos assumidos, com alcance de números recordes nos financiamentos de atividades produtivas da região, fato que impacta diretamente na geração de rendas, empregos e tributos, de forma a proporcionar a sustentação do processo de desenvolvimento regional. Nesse contexto, nos mantivemos diligentes e procuramos conciliar os nossos esforços no equilíbrio entre a aplicação forte e segura de recursos e o responsável controle dos riscos de crédito e de alocação do capital, o que se traduz em resultados financeiros históricos, possibilitados por maior eficiência operacional e robusto modelo de controle.

Como membros do Conselho de Administração do Banco da Amazônia, acreditamos que o desenvolvimento regional requer a formulação de estratégias que estejam alinhadas a um modelo de negócios sustentável, que proporcione crescimento econômico assegurando desenvolvimento social e a conservação e/ou preservação do meio ambiente, de forma a garantir qualidade de vida para a população do presente e para as gerações futuras.

Tendo como referência essa crença, entendemos que as alianças estratégicas firmadas e fortalecidas pelo Banco, envolvendo parceiros públicos e privados, são indispensáveis para a potencialização de benefícios em prol do desenvolvimento em bases sustentáveis. O Banco é um relevante agente nesse processo, porém, o sucesso na alocação dos seus instrumentos econômico-financeiros requer alianças com outros atores para que participem ativamente e, com objetivos convergentes, no sentido de um desenvolvimento que ocorra de forma integrada e duradoura, otimizando os efeitos positivos nas dimensões econômica, social e ambiental.

O ano de 2019 marcou o Banco da Amazônia, positivamente, por ter registrado recorde de contratação no crédito rural na Região Norte, evidenciando um aumento de 50% em relação a 2018, sendo o BASA responsável mais de 63% do crédito de fomento na Região. O resultado financeiro foi, também, impactado de forma crescente, sendo verificado pela evolução do resultado operacional, 49% superior a 2018; crescimento da Rentabilidade em 152%; elevação nas Receitas de tarifas bancárias, que apresentou crescimento de 27%.

Merece destaque o desempenho da Instituição quanto ao aumento do Lucro Líquido. O crescimento de 152,45% em relação ao do exercício de 2018, demonstrou, com clareza, a perenidade na construção de “resultados sólidos”, como preconiza nossa missão institucional.

Quanto ao volume dos financiamentos realizados pelo FNO no exercício de 2019, este alcançou o montante de R\$ 7.670,9 milhões, número inédito ao longo dos 30 anos de sua criação. Foi priorizado o apoio aos empreendedores de menor porte, sendo que mais de 60% dos recursos foram destinados aos empreendedores individuais, agricultores familiares, micro e pequenas empresas e pequenos produtores rurais. Cada empreendimento financiado gera emprego e renda para inúmeras famílias, proporciona dignidade e qualidade de vida à população amazônica, além de mais recursos aos Estados.

No que diz respeito ao crédito voltado para agricultura familiar, uma modalidade da qual muito nos honra em atuar, em virtude do impacto social positivo, sobretudo no meio rural, até dezembro/19 foram aplicados R\$ 309,6 milhões, beneficiando as unidades de produção familiar na região, por meio de mais de 8.339 operações.

Adicionalmente, pelo entendimento de que o desenvolvimento sustentável compreende outros aspectos além da esfera econômica, foram patrocinados diversos projetos de cunho científico, ambiental, social, cultural, esportivo, exposições e congressos, fortalecendo a identidade, o desporto e a cultura da Amazônia. A prioridade do Banco da Amazônia é investir em projetos que estejam aliados às políticas públicas e sejam realizados em parceria com os diversos atores sociais, como meio de valorizar a sociedade e promover o desenvolvimento regional e a melhoria da qualidade de vida de sua população. Para tanto, em 2020, a fim de apoiar os projetos selecionados nessas modalidades, serão disponibilizados cerca de R\$ 3,1 milhões.

Durante a elaboração desta Carta, foi declarada a pandemia do Coronavírus - COVID19, impondo a todos, sejam governos em todas as esferas, organizações não-governamentais, empresas e público em geral, a conceber, planejar e colocar em prática, ações que visem reduzir os impactos negativos que atingirão toda a sociedade. O Banco da Amazônia, considerando o caráter essencial de sua atividade, em total alinhamento às determinações do Ministério da Saúde, permanece em atendimento na rede de agências e adaptou algumas de suas rotinas para o regime de teletrabalho, mantendo a qualidade do negócio e sem prejuízo às necessidades do cliente; priorizando a segurança nas condições de trabalho, preservando seu corpo técnico e reforçando seu papel social para com a Amazônia.

Nesse sentido, foi lançada a linha emergencial FNO COVID-19, disponibilizando empréstimos com prazos e taxas diferenciados, prorrogação das parcelas a vencer em 2020 e expansão do crédito digital. No momento atual de recessão econômica, o Basa tem reforçado suas ações e mantendo a aplicação dos recursos de forma a apoiar os empreendedores locais para manutenção e expansão dos negócios.

Por fim, diante do patamar de um processo intensivo de rápidas mudanças tecnológicas e sociais, com profundos impactos no mercado bancário, o BASA, além de investir em atualização tecnológica, está a postos com criatividade e inovações, para obter a agilidade necessária ao enfrentamento dos novos desafios e firmar-se como a instituição que, há quase oito décadas de existência, tem honrado o desenvolvimento da Amazônia e da sua gente.

Encerramos esta breve mensagem reafirmando a credibilidade alcançada junto aos nossos clientes, à sociedade em geral e, em especial, à todos os colaboradores desta empresa que, como força motriz, diariamente, e com o seu melhor, materializam a visão institucional de “Ser o principal Banco de fomento da Amazônia, moderno, com colaboradores engajados e resultados sólidos”.

Carlos Augusto M. Araujo
Presidente do Conselho de Administração

Valdecir Tose
Presidente do Banco da Amazônia

Identificação Geral

Em atendimento ao Art. 8º, incisos I, II e VIII, da Lei 13.330/2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa do Banco da Amazônia S.A., referente ao exercício social de 2019.

CNPJ	04.902.979/0001-44
NIRE	1500005132
Sede	Belém/Pará
Tipo de estatal	Sociedade de Economia Mista
Acionista controlador	União
Tipo societário	Sociedade Anônima
Tipo de capital	Aberto
Abrangência de atuação	Regional
Setor de atuação	Financeiro
Diretor de Relação com os Investidores	Diretor: Luis Petrônio Nunes Aguiar Telefone: (91) 4008 3535 E-mail: luis.aguiar@bancoamazonia.com.br
Auditores independentes atuais da empresa	Empresa KPMG Auditores Independentes Anderson Luiz de Menezes (Contador) Telefone: (31) 2128-5700 E-mail: almenezes@kpmg.com.br
Conselho de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas	Carlos Augusto Moreira Araújo Alexandre Pedercini Issa Andréa Maria Ramos Leonel Fábio Malina Losso Inálio Vieira Cruz Valdecir José de Souza Tose
Administradores subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas	Valdecir José de Souza Tose Francimar Rodrigues Maciel Luis Petrônio Nunes Aguiar Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior Roberto Batista Schwartz Martins de Paula

ACIONISTAS	31/12/2019	
	Ações	% Total
UNIÃO	28.400.557	95,8
Administração direta – Ministério da Economia	15.119.443	51,0
Administração indireta	13.281.114	44,8
FI Caixa FGEDUC Multimercado	10.427.301	35,2
BB FGO – Fundo de Investimentos em Ações	2.853.813	9,6
DEMAIS	1.245.410	4,2
TOTAL	29.645.967	100,0

Políticas Públicas e Governança Corporativa

A Lei 13.303, em seu artigo 8º, incisos I, III e VIII, exige a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas por sociedades de economia mista, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com a definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como a divulgação de informações relevantes, em especial, as relativas às atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e a descrição da composição e da remuneração da administração. Essas informações estão detalhadas a seguir.

Interesse Público Subjacente às Atividades Empresariais

O Banco da Amazônia, instituição financeira pública federal criada em 1942, é constituído sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, sob controle do governo brasileiro, por meio do Ministério da Fazenda.

A Lei 5.122/1966, em seu Art. 1º, que dispõe sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S.A. - em que pese as mudanças institucionais não refletidas na atualização da Lei - denota a centralidade do Banco da Amazônia na articulação e operacionalização da política de desenvolvimento regional e políticas públicas correlatas:

Art. 1º O Banco de Crédito da Amazônia S. A., instituição financeira pública, nos termos do art. 22 da Lei nº 4.595/1964, passa a denominar-se Banco da Amazônia S. A., com as seguintes atribuições:

- a. Executar a política do Governo Federal na região amazônica relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico social;
- b. Efetuar operações bancárias em todas as suas modalidades, inclusive aceites, avais e prestação de quaisquer garantias e especialmente as operações direta ou indiretamente relacionadas com atividades industriais, comerciais e produtoras da região amazônica;
- c. [...]
- d. Atuar como agente financeiro para aplicação na região amazônica, de recursos mobilizados interna ou externamente de acordo com a legislação em vigor.

Adicionalmente, aderente ao que dispõe a Lei 5.122/1966, o Banco da Amazônia tem as seguintes atribuições (objetivos sociais) previstas no artigo 2º de seu Estatuto Social:

- Executar a política do Governo Federal na região amazônica relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico social;
- Prestar serviços e realizar todas as operações inerentes à atividade bancária; e
- Exercer as funções de agente financeiro dos órgãos regionais federais de desenvolvimento.

As atribuições da autorização legislativa e do Estatuto Social do Banco da Amazônia estão claramente sintetizadas em seu Plano de Estratégico 2020 - 2025, notadamente em sua missão de “Desenvolver uma Amazônia Sustentável com crédito e soluções eficazes”.

Do exposto, o Banco da Amazônia ao desempenhar suas atribuições e buscar seus objetivos sociais, cumpre papel social relevante, imprescindível e, conforme determinação constitucional, contribui para o combate às desigualdades socioeconômicas, inter-regionais e intrarregionais, dando suporte às políticas públicas, por meio do acesso a produtos e serviços bancários com custos subsidiados e com capilaridade diferenciada.

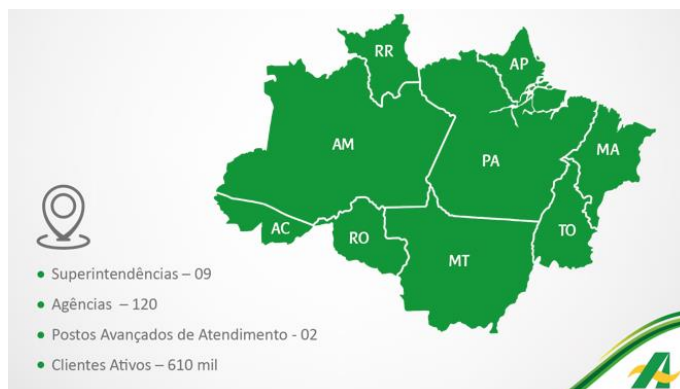
Assim, o Banco da Amazônia, na região amazônica, é o principal agente do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente, as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região.



Desta forma, os financiamentos concedidos pelo Banco da Amazônia, contribuem, decisivamente, para a criação de novas oportunidades de trabalho, a mitigação da pobreza, a inclusão social, o fortalecimento da economia de base familiar, o crescimento das micro e pequenas empresas, a redução do êxodo rural, entre outros benefícios. Elementos que permitem confirmar a persistente e responsável conduta do Banco da Amazônia para o alcance de sua missão institucional.

Ambiente de Atuação e Modelo de Negócios

A atuação do Banco abrange toda a Amazônia Legal Brasileira, que representa 60% (5.088.668,5 km²) do território nacional e é composta pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão. O Banco da Amazônia possui 120 agências e 09 superintendências regionais de forma a atender toda Região Amazônica através dos canais físicos e dos canais digitais, estes últimos estando em franca expansão e desenvolvimento, ampliando a capilaridade no atendimento.



Para atender os clientes com maior eficácia e com foco na efetividade da aplicação dos recursos, a estratégia utilizada pelo Banco da Amazônia para direcionar as suas ações é a segmentação, sendo priorizados os segmentos que apresentam maior impacto sócio econômico: micro empreendedor e pequeno empreendedor urbano e rural, além dos projetos voltados à infraestrutura que são necessários para aumento da competitividade e redução dos custos operacionais de toda a cadeia produtiva.

No microcrédito, que é um importante segmento para consolidação das políticas públicas, o Banco da Amazônia trabalha na expansão do volume aplicado e no reforço da gestão da qualidade da carteira. Para expansão da carteira foi lançado o MPO digital e, para 2020, será feito cadastramento com novas operadoras para o crédito rural, além da previsão de abertura de 10 novas unidades de microfinanças, de forma que, ao final de 2020, totalizará 23 unidades.

Em 2020 o Banco da Amazônia enfatizará sua ação em projetos de infraestrutura. Por meio do Programa FNO INFRA, haverá estímulo aos governos estaduais e municipais à adoção de Parceiras Público-Privadas, com forte atuação das Superintendências Regionais em busca de negócios estruturados, que proporcionem o desenvolvimento da região em bases sustentáveis.

Ciente da importância da transformação digital no setor financeiro, além da relação transacional que o móvel possibilita aos clientes, o banco lançará plataforma de negócios digitais com acesso ao cliente ou correspondente bancário para abertura de conta, cadastro e contratação do crédito. O aplicativo denominado BASA Digital atenderá, primeiramente, as linhas do PRONAF B, A, AC e PRONAF. Posteriormente, será lançada modalidade para as operações amparadas em limite de crédito para MPE e produtores rurais.

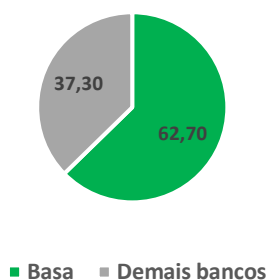
Com atuação pautada no desenvolvimento sustentável da região, o Banco da Amazônia tem desenvolvido ferramentas em parceria com *startups* para digitalização das análises socio ambientais do crédito, regido pelas boas práticas referenciadas nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas – ONU. Nesse sentido, todas as 8.339 operações contratadas de agricultura familiar passaram por análise socio ambiental, sendo este um exemplo de que as ações desenvolvidas para aumento da eficiência operacional e digitalização dos processos têm como objetivo a agilidade da concessão e liberação dos recursos, e em paralelo, do aprimoramento e qualificação da carteira de crédito.

Territorialmente, além da rede física de atendimento, a fim de facilitar o acesso ao crédito a todos os municípios da região Norte, o Banco da Amazônia realiza, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional, com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e com Governos Estaduais e Municipais, os eventos do FNO-Itinerante, cujo principal objetivo é levar o crédito aos municípios mais carentes, classificados como prioritários pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Atividades Desenvolvidas e Políticas Públicas

O Banco da Amazônia é o principal agente do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, mantendo expressiva participação no crédito de fomento da região (62,70% na Região Norte e 46,21% na Amazônia Legal, base dez/19).

% Fomento na Região Norte



Os resultados esperados pela ação da Instituição em prol do desenvolvimento regional exigem um sólido sistema de parcerias com os atores representativos das esferas pública, privada e da sociedade civil organizada, visando a construção de arranjos institucionais fortes e capazes de mobilizar sinergias, superando os desafios existentes e, como consequência, transformando as potencialidades regionais em oportunidades de negócios sustentáveis.

Assim, para o cumprimento de sua missão e atendimento aos objetivos sociais, o Banco atua articuladamente com parceiros institucionais. Dentre os principais parceiros externos, da administração pública e da iniciativa privada, que colaboram ou participam na consecução dos objetivos do Banco da Amazônia, contribuem nos debates e fornecem subsídios para o planejamento e formulação da estratégia de promoção do desenvolvimento regional, inclusive, participando do processo de elaboração dos planos global e estaduais de aplicação de recursos, destacamos os seguintes:

- ✓ Associações Comerciais;
- ✓ Federações da Agricultura; da Indústria; do Comércio; dos Trabalhadores da Indústria;
- ✓ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA);
- ✓ Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais, como Ministérios, Secretarias de Estado e Municipais;

- ✓ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE);
- ✓ Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM);
- ✓ Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA);
- ✓ Universidades federais, estaduais e instituições de pesquisa dos estados da Amazônia.

Ademais, anualmente, visando o fortalecimento e a ampliação das alianças institucionais, o Banco da Amazônia promove eventos com a participação de agentes públicos e privados de todos os estados da Amazônia Legal, para planejar a aplicação de recursos levando-se em consideração, além das orientações do Governo Federal, as particularidades de cada unidade da federação onde atua, buscando sinergia com as políticas públicas estaduais e a potencialização dos benefícios de uma atuação articulada em prol do desenvolvimento regional.

Os Planos de Aplicação de Recursos elaborados pelo Banco da Amazônia representam importantes ferramentas estratégicas na condução da política de crédito da Instituição e são concebidos em alinhamento às políticas e programas do Governo Federal para a Amazônia e prioridades dos nove Estados da Amazônia Legal.

A finalidade precípua do Plano de Aplicação de Recursos é a de orientar a atuação do Banco da Amazônia na região visando ao alcance da máxima eficiência na alocação dos recursos sob sua gestão e, assim, cumprir com a nobre missão institucional de promover o desenvolvimento regional em bases sustentáveis, contribuindo para a inclusão social, a erradicação da pobreza, a melhoria da qualidade de vida das populações locais e a minimização das desigualdades inter e intrarregionais.

Com vistas a fortalecer a presença na região e ampliar o apoio financeiro à cadeia produtiva, o Banco da Amazônia realizou 203 seminários integrados em 2019, com divulgação das linhas de financiamento, orientação para acesso ao crédito e para renegociação de dívidas. Essa iniciativa, nomeada FNO Itinerante, conta com a participação do Ministério do Desenvolvimento Regional, Governos dos Estados da Região Norte, Prefeituras, Sebrae e Assistências Técnicas, sendo priorizadas as localidades com menor índice de assistência creditícia.

O resultado obtido foi o crescimento exponencial dos financiamentos, totalizando R\$ 8.133,0 bilhões, dos quais os recursos do FNO somam R\$ 7.670,9 milhões (crescimento de 66,4% em comparação ao exercício de 2018, quando foi contratado R\$ 4.610,0 milhões) distribuídos em 16.453 operações, sendo este o valor mais elevado ao longo dos 30 anos de existência do FNO pelo Banco da Amazônia. O setor rural contratou R\$ 4.089,0 milhões (53,3% das contratações) e os demais setores R\$ 3.581,9 milhões (46,7%), com a priorização dos segmentos produtivos de menor porte (agricultores familiares, mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais e suas cooperativas e associações, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno e pequeno-médio porte), os quais demandaram 94,5% do total das operações de crédito contratadas (15.554 operações).



Os municípios tipificados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) como de baixa e média renda, que são comprovadamente mais carentes de uma melhor infraestrutura econômica e social, receberam atenção especial do Fundo. Essas localidades financiaram R\$ 5.142,2 milhões (67,0% dos financiamentos concedidos no exercício de 2019) e contrataram 13.432 operações de crédito (81,6% do total das operações contratadas), demonstrando o alinhamento das ações creditícias do FNO com a PNDR no que se refere ao atendimento prioritário às localidades que mais necessitam de investimentos para alcançarem maiores patamares mais elevados de desenvolvimento sustentável.

A ação creditícia do FNO contemplou todos os 450 municípios da Região Norte confirmando a sua importância como principal instrumento econômico-financeiro indutor do desenvolvimento sustentável da Região Norte contribuindo para a obtenção de significativos benefícios como o incremento do valor bruto da produção e do PIB regionais, a redução das desigualdades intra e inter-regionais, a melhoria da qualidade de vida da população amazônica, a criação de novas oportunidades de trabalho no campo e nas cidades, a mitigação da pobreza, a inclusão social, a diminuição do êxodo rural, o fortalecimento da agricultura familiar e das micro e pequenas empresas e a elevação da arrecadação fiscal dos estados.

Os resultados alcançados pelo FNO no exercício de 2019 deve ser creditado, sobretudo, ao amplo e sólido sistema de alianças institucionais que vem sendo construído ao longo dos anos pelo Banco da Amazônia, agregando os agentes representativos da esfera pública, privada e sociedade civil organizada para a realização de ações compartilhadas que possibilitem a superação dos desafios inerentes ao desenvolvimento de uma região com as características e complexidades da Amazônia e, em decorrência, a transformação das imensas potencialidades regionais em reais oportunidades de negócios sustentáveis.



Principais Programas

O Banco da Amazônia é agente executor de políticas públicas governamentais e para isso, utiliza várias fontes de recursos:

- **Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)**

O Banco da Amazônia administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o qual foi criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei n.º 7.827/89. O FNO tem seus recursos oriundos de 0,6% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados para serem aplicados no financiamento das atividades econômicas desenvolvidas em bases sustentáveis na Região Norte.

A área de atuação do FNO abrange os sete estados que integram a Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), totalizando uma área territorial de 3.853.327,3 Km².

A ação creditícia do FNO está alinhada às diretrizes definidas no Art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989; aos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); às orientações e estratégias da política macroeconômica do Governo Federal; e às prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (CONDEL/SUDAM).

As diretrizes estratégicas do Fundo conferem atendimento prioritário aos segmentos produtivos de menor porte rural e urbano; agricultura de base familiar; empreendimentos que utilizem matérias-primas e mão de obra local e que produzam alimentos básicos para consumo da população; e, projetos com sustentabilidade socioambiental, voltados para a Economia Verde (energia renováveis, reflorestamento, turismo sustentável dentre outros). Por fim, estende a atuação também ao público estudantil, mediante o apoio ao Programa de Financiamento Estudantil (FIES), por meio do qual contribui para o provimento de mão de obra qualificada para atendimento da demanda do setor produtivo da região, atendendo às carências efetivas ou potenciais do mercado de trabalho e considerando as vocações produtivas regionais e locais.

- **Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)**

Criado pela Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei Complementar nº 124/2007, regulamentada pelo Decreto nº 4.254, de 31 de maio de 2002, o FDA objetiva assegurar recursos para a realização de investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios e de atividades produtivas.

Destina-se ao financiamento de empreendimentos privados localizados na Amazônia Legal, de acordo com as diretrizes e prioridades aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (CONDEL/SUDAM), limitado a 60% do investimento total e a 80% do investimento fixo do projeto.

- **Fundo da Marinha Mercante (FMM)**

Criado pela Lei no 3.381/1958 e administrado pelo Ministério dos Transportes, o FMM tem como objetivo assegurar recursos para a renovação, ampliação e recuperação da frota mercante nacional, e para o desenvolvimento, modernização e aumento da competitividade da indústria de construção naval do País.

Atende às empresas brasileiras de navegação (pessoas jurídicas), constituídas segundo as leis brasileiras, autorizadas a operar com sede no País, que tenham por objeto o transporte aquaviário, próprio ou fretado.

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

- **Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**

O Banco da Amazônia é parceiro do BNDES na aplicação de recursos voltados ao apoio aos empreendimentos dos setores rural e não-rural por meio de financiamento a projetos de investimentos e aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.

O Banco da Amazônia opera com os recursos do BNDES nas seguintes modalidades:

- BNDES Automático: tem a finalidade de financiar projetos de investimentos para implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos nos setores de indústria, turismo, comércio, prestação de serviços, infraestrutura, cultura, inclusive a aquisição de equipamentos nacionais novos e o capital de giro associado, exceto no caso de concorrências internacionais e importação de equipamentos, respeitados os limites operacionais.
- BNDES FINAME: tem o objetivo de financiar a aquisição, a produção e a comercialização de máquinas, equipamentos e bens de informática e automação, novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES.
- BNDES FINAME Agrícola: tem o objetivo de financiar a aquisição de máquinas e implementos agrícolas novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES.
- BNDES FINEM: tem o objetivo de financiar projetos de investimento fixo e misto, cujo valor de financiamento seja igual ou superior a R\$ 10 milhões.

- **Recursos do Orçamento Geral da União (OGU)**

O Banco da Amazônia S/A é agente financeiro do OGU, cujos recursos visam atender, com recursos do PRONAF, os agricultores familiares da região amazônica, suas

cooperativas e associações e pessoas jurídicas formadas, exclusivamente, de agricultores familiares.

Plano Plurianual (PPA)

O PPA, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, é o instrumento de planejamento que estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para viabilizar a implementação e a gestão de políticas públicas, convergir a dimensão estratégica da ação governamental, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

No âmbito do PPA, o Banco da Amazônia para 2020- 2023 é responsável por 12 iniciativas, pelas quais reafirma sua importância para a consecução das políticas públicas de caráter regional, ao atuar nos programas voltados para: nova agricultura familiar, agropecuária sustentável, uso sustentável e eficiente da biodiversidade, mudança do clima, desenvolvimento regional e territorial, crescimento pelo turismo, cultura, inclusão social e produtiva de pessoas de baixa renda, educação superior e tecnologias aplicadas.

Os programas acima mencionados demonstram que um importante pilar de atuação do Banco da Amazônia é contribuir para a redução das desigualdades regionais, motivo pelo qual a empresa dispõe de especial atenção às regiões de menor dinamismo econômico caracterizadas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Importante destacar que, para definição dos indicadores, o Banco da Amazônia levou em conta a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (ENDES), a nova política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA.

A média de consecução dos 12 indicadores do PPA foi de 149%, havendo superação da meta de 7 indicadores, dos quais destacam-se o volume das aplicações ao agronegócio, volume global financiado, apoio às micro e pequenas empresas, apoio ao microcrédito, segmento de pesca e aquicultura e ao programa de Agricultura de Baixo Carbono – FNO ABC.

Os resultados descritos denotam que a estratégia da instituição para centralização do crédito e do cadastro; revisão dos processos de concessão do crédito com plataformas mais ágeis e simplificadas, somadas à digitalização do crédito foi, não só assertiva, como também oportunizará a continuidade do crescimento dos volumes financiados à Região Norte, notadamente, carente de investimentos para o seu desenvolvimento social, econômico e financeiro.

Dados Econômico-Financeiros e Comentários Sobre o Desempenho

Ao final de dezembro de 2019, o saldo total das operações de financiamento de fomento, somados às aplicações com recursos do FNO (R\$ 23,33 bilhões), da região Norte atingiu o total de R\$ 23,65 bilhões. A participação do Banco nos financiamentos do fomento

da Região alcançou 62,70% do total do saldo, resultando numa variação de 0,18% superior em relação ao mesmo período em 2018, quando essa participação era de 62,52%.

Especificamente, no exercício de 2019, os financiamentos realizados pelo FNO atingiram o montante recorde desde sua criação, alcançando o valor de R\$ 7.670,9 milhões. Em termos de qualificação do crédito concedido, o resultado foi também bastante significativo considerando que a inadimplência do FNO verificada no exercício de 2019 foi de apenas 2,6%, representando uma queda de 13,3% em relação ao exercício de 2018 (3,0%), sendo a mais baixa dos últimos dez anos.

Os resultados financeiros também alcançaram marcas históricas, com destaque ao crescimento do lucro líquido e da receita operacional, o que confirma a assertividade da estratégia no aumento da eficiência operacional, digitalização do crédito e reforço das ações de controles e governança corporativa. Os números de 2019 traduzem a diretriz do Banco da Amazônia voltada para o desenvolvimento da região e com foco na sustentabilidade dos negócios.



Impactos Econômico-Financeiros da Operacionalização das Políticas Públicas

O Banco da Amazônia, no processo de tomada de decisão voltada para a efetividade dos financiamentos em prol do desenvolvimento sustentável da região e com vistas a efetivar as políticas públicas, utiliza um arcabouço conceitual e procedimental que baliza a função de planejamento, incluindo plano estratégico, planos tático-operacionais, orçamento anual, plano anual de aplicação de recursos de fomento, alinhados ao PPA e à PNDR.

Ainda no processo de planejamento, visando identificar as prioridades e focos de atuação da política pública, são realizados os encontros de planejamento com participação das Superintendências Regionais do Banco da Amazônia e representantes de entidades públicas e privadas nos nove estados, além de diversas reuniões do Grupo de Trabalho (GT – Desenvolve Amazônia) resultando nas assinaturas de protocolos de intenções entre o Basa e os Estados da Amazônia Legal, com dimensionamento dos recursos destinados a cada estado e com detalhamento por atividade econômica.

Para desempenhar sua função de executor de políticas públicas, o Banco incorre em custos fixos, oriundos da necessidade de capilaridade, análise e acompanhamento dos créditos concedidos no campo do fomento, bem como, do compromisso de conceder crédito a 100% dos municípios da Região Norte. Para isso, são utilizados tanto os recursos da carteira comercial, quanto da taxa de administração do FNO, que perfazem o sustentáculo operacional do Banco.

Alguns dos custos incorridos para realização de operações de crédito com recursos do FNO, por exemplo, estão associados a uma série de procedimentos operacionais, que

perpassam desde a elaboração do cadastro do tomador de crédito, à análise, liberação e acompanhamento, até a liquidação das operações, que exigem uma estrutura operacional e de governança robusta, mantendo quadro técnico interno capacitado para desenvolvimento das atividades que agregam segurança ao crédito e solidez aos processos de gestão e controles.

A inadimplência do mercado financeiro na região Norte reflete o cenário mais desafiador da região, ao final de 2019 a inadimplência geral no Sistema Financeiro Nacional era de 2,93%, enquanto na Região Norte era de 3,6%. Há fatores específicos que explicam a maior propensão da Região Norte à inadimplência, como o processo de formação econômica desigual das regiões brasileiras e as dificuldades de locomoção no território amazônico, que aumentam os custos de transações dos fatores de produção.

Diante desse cenário, torna-se relevante o apoio aos projetos de infraestrutura, os quais somaram R\$1,5 bilhão nos financiamentos concedidos em 2019, destinados ao segmento de logística, saneamento e energia renovável, com impactos na redução dos custos operacionais e consequente aumento da competitividade dos produtos locais no mercado nacional e mundial. Os impactos socio econômicos gerados por esses empreendimentos é relevante para a região, com geração imediata de renda, empregos e aumento dos tributos, os quais serão revertidos em desenvolvimento da região pelas ações dos Estados.

Outro ponto relevante é a gestão das operações compensadas e de risco exclusivo do FNO, as quais o Banco da Amazônia realiza a gestão, e totalizam mais de 120 mil operações sem remuneração de taxa de administração, considerando as regras da taxa somente para operações ativas.

O Banco da Amazônia vem atuando ao longo dos anos para o fortalecimento das medidas de controle e gestão do crédito, com maior eficiência operacional. Essas ações possibilitam o crescimento considerável dos volumes de financiamentos realizados, com melhoria dos índices da qualidade da carteira, o que impacta na disponibilidade dos recursos através dos reembolsos que superam os valores de ingressos pelo Tesouro Nacional, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Tabela: Valores Repassados e Restituídos ao Tesouro Nacional em 2019 – R\$

Fundo/Programa	Valor Repassado pelo Tesouro Nacional (a)	*Valor Restituído ao Tesouro Nacional (b)	Fluxo até dez/2019 (a - b)	Saldo da Carteira (dez/18)
FNO	2.719.184.822,05	4.372.679.254,81	(1.653.494.432,76)	24.752.332.974,07
FDA	-	313.652.829,41	(313.652.829,41)	4.124.987.913,92
FMM	-	18.835.275,77	(18.835.275,77)	192.413.118,51
OGU/STN	375.000,00	739.532,17	(364.532,17)	30.643.027,29
TOTAL	2.719.559.822,05	4.705.906.892,16	(1.986.347.070,11)	29.100.377.033,79

* Na coluna “Valor Restituído ao Tesouro Nacional”, o valor referente ao FNO corresponde a amortizações e recuperações do FNO que retornam ao disponível do Fundo.

Contribuição para o Desenvolvimento da Região Amazônica

A atuação do Banco da Amazônia é balizada na efetividade dos financiamentos que se traduzem nos impactos socio econômicos gerados na região. Para medição, é feita avaliação por meio do modelo econômico Matriz Insumo-Produto, com estimativas dos valores agregados pelos empreendimentos financiados no período de sua implantação, no caso, prazo médio de 7 anos.

No ano de 2019, do total de operações contratadas pelo Banco, agregando FNO e outras fontes de recursos, atingiu-se o patamar de R\$ 8,133 bilhões. A aplicação desse montante foi de fundamental importância para a economia regional, tendo em vista sua implicação na elevação do produto, na renda, salários e arrecadação de tributos internos e em outras regiões com as quais são estabelecidos fluxos econômicos.

Quadro 3: Impactos estimados das contratações de fomento sobre a economia, 2019

Valor contratado (todas as fontes) R\$ 8.133 bilhões	Efeitos sobre toda a economia		
	↑ PIB	47,570	bilhões de reais
	↑ VBP	93,377	bilhões de reais
	↑ Tributos	13,780	bilhões de reais
	↑ Salários	9,393	bilhões de reais
	↑ Postos de trabalho	1.234.697	empregos

Os tributos a serem gerados no montante de R\$ 13,780 bilhões implicam em incrementos nas contas públicas e retorno para a sociedade na forma de mais serviços oferecidos. A massa salarial gerada, no valor de R\$ 9,39 bilhões, influenciará positivamente na qualidade de vida dos trabalhadores amazônicos, uma vez que se configura na renda que remunera o seu trabalho, mostrando a importância dos negócios realizados em 2019 para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Além disso, os empreendimentos financiados possibilitarão a geração de 1.234.697 postos de trabalho, em termos globais de cada 100 ocupações viabilizadas pelos financiamentos de todas as fontes, 76% são geradas na Amazônia.

Estruturas de Controles Internos e Gerenciamento de Risco

Alinhado aos princípios do Acordo de Basileia e às regulamentações do Banco Central do Brasil, o Banco da Amazônia possui estrutura de controles internos e gestão de riscos que permeia todas as unidades gerenciadoras de processos/riscos, e tem como objetivo mitigar os riscos existentes em todas as atividades da empresa de modo a otimizar as

oportunidades e manter sobre controle os efeitos negativos, proporcionando maior estabilidade, melhor alocação do capital e maximizando a relação “risco versus retorno”.

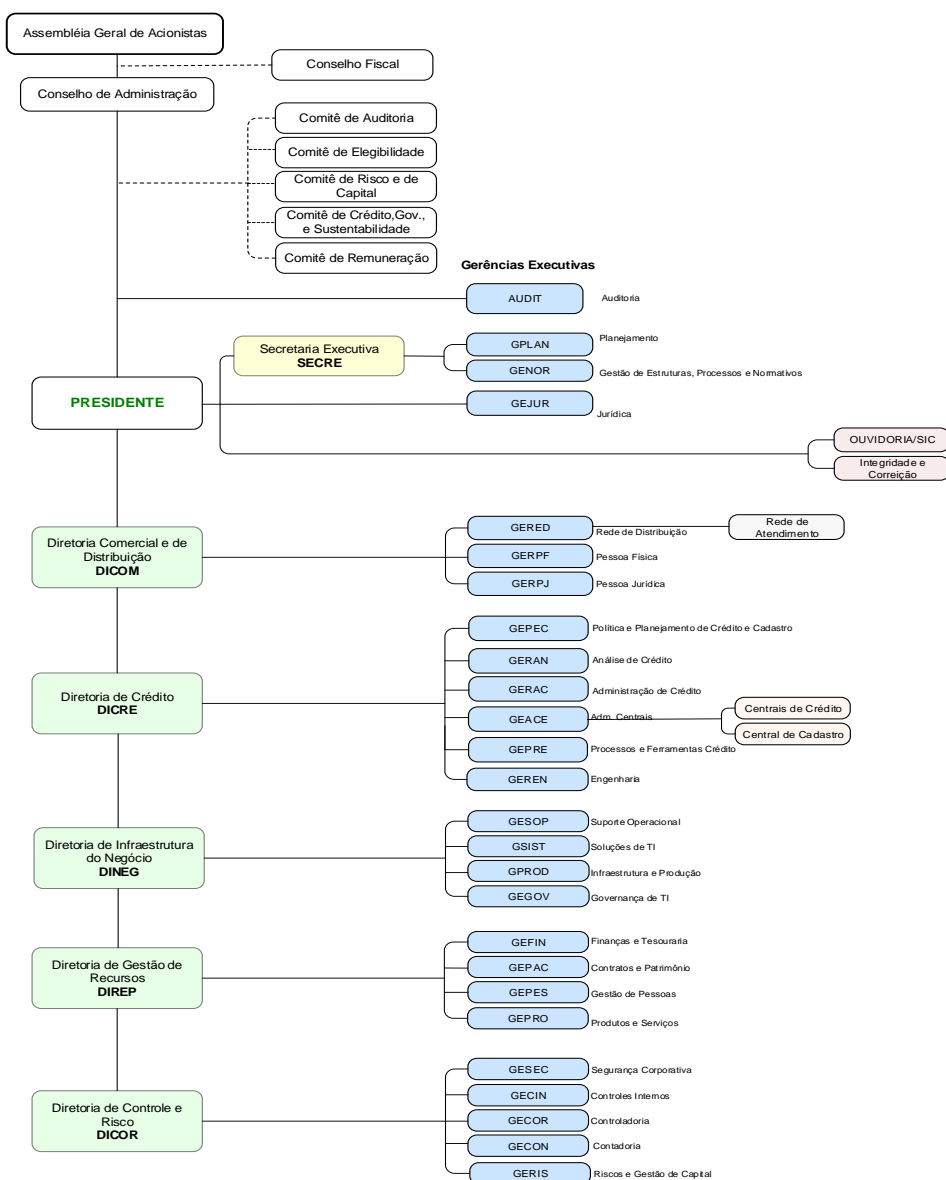
Nesse contexto, adota um modelo integrado de gestão de riscos e controles internos baseado nos modelos COSO e Três Linhas de Defesa. Esta estrutura busca identificar, avaliar, gerenciar e monitorar os riscos e controles de forma integrada. Dessa maneira, o modelo de três linhas de defesa culmina na definição de responsabilidades e atribuições de cada área do Banco, com objetivo de mitigar os riscos existentes nas atividades da empresa.

Por seu turno, as principais políticas de gerenciamento de riscos e controles do Banco estão estabelecidas e segregadas em:

- Política de Riscos Corporativos;
- Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA);
- Política de Controles Internos;
- Política de Compliance.

Políticas e Práticas de Governança Corporativa

A estrutura organizacional do Banco da Amazônia é composta por órgãos de gestão estratégica, órgãos de fiscalização e controle e unidades organizacionais táticas e operacionais, conforme organograma a seguir:



COMPETÊNCIAS

• Órgãos de Gestão Estratégica

O nível estratégico é o mais elevado da hierarquia, no qual são decididos, dentre outros, os objetivos globais da empresa e a estratégia empresarial. Compõem essa estrutura:

- Assembleia Geral de Acionistas;
- Conselho de Administração;
- Comitê de Auditoria;
- Comitê de Elegibilidade;

- Comitê de Risco de Capital;
- Comitê de Crédito, Governança e Sustentabilidade;
- Comitê de Remuneração;
- Diretoria Executiva
- Secretaria Executiva
- Órgãos de fiscalização e controle:
 - Conselho Fiscal
 - Auditoria Interna
 - Auditoria Externa
 - Ouvidoria
- Unidades organizacionais táticas e operacionais vinculadas às Diretorias:
 - Gerências Executivas
 - Centrais de Crédito, Superintendências Regionais e Rede de Atendimento.

Além dessa estrutura, é necessário observar que o Banco da Amazônia dispõe de diversos comitês, na Direção Geral e na Rede de Atendimento, os quais têm por finalidade básica assessorar os órgãos da Alta Administração e participar do processo decisório.

Destacamos que todas as decisões de crédito e quase a totalidade das decisões administrativas são colegiadas, visando salvaguardar o patrimônio público e a subsidiar a tomada de decisões.

Descrição da Composição e da Remuneração da Administração

A política de remuneração tem por objetivo recompensar os administradores pela função exercida, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Neste contexto, a política de remuneração dos Administradores do Banco da Amazônia considera duas classificações para administradores: os membros do Conselho de Administração e a Diretoria Executiva do Banco, esta composta pelo Presidente e Diretores. Ainda que não se configurem como administradores, a política inclui a remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

Em razão disto, a remuneração é diferenciada e cada categoria tem vencimentos segundo a especificidade da função exercida. Dessa forma, a remuneração dos membros do

Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é composta unicamente por honorários, enquanto a remuneração da Diretoria Executiva inclui outros itens, como Remuneração Variável dos Administradores (RVA), os benefícios diretos e os indiretos, conforme quadros a seguir.

A remuneração máxima, mínima e média da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, relativa ao período 2017, 2018 e 2019, considerando a política adotada consta do quadro 3.

Quadro 3: Remuneração anual dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Banco da Amazônia – Valores em R\$ 1,00.

Ano	Diretoria Executiva			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	2019	2018	2017 (*)	2019	2018	2017 (*)	2019	2018	2017 (*)
Nº de membros	6	6	6	7	7	6	4	4	4
Nº de membros remunerados	6	6	6	7	7	6	4	4	4
Valor da maior remuneração	481.710,32	481.710,32	481.710,32	43.345,08	43.345,08	43.345,08	43.345,08	43.345,08	43.345,08
Valor da menor remuneração	423.798,96	423.798,96	423.798,96	43.345,08	43.345,08	43.345,08	43.345,08	43.345,08	43.345,08
Valor médio da remuneração	433.450,85	433.450,85	433.450,85	43.345,08	43.345,08	43.345,08	43.345,08	43.345,08	43.345,08

(*) Os valores referentes a remuneração do exercício de 2017 foram retificadas, considerando que até então, por força do Acórdão do TCU nº 2.600/2016, o pagamento da Gratificação Natalina encontrava-se suspensa, decisão posteriormente reformada e, conseqüentemente, pagos os valores correspondentes.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Quadro 5: Composição da Remuneração dos Membros da Diretoria Executiva - Período de Abril/2019 a Março/2020 – Valores em R\$1,00.

Cargo	Presidente	Diretor	Diretor	Diretor	Diretor	Diretor
Ocupante	Valdecir José de Souza Tose	Francimar Rodrigues Maciel	Luis Petrônio Nunes Aguiar	Luiz Cláudio Teixeira Sampaio	Luiz Otávio M. Maciel Júnior	Vago
Honorário	37.054,64	32.599,92	32.599,92	32.599,92	32.599,92	32.599,92
Gratificação Natalina	37.054,64	32.599,92	32.599,92	32.599,92	32.599,92	32.599,92
Gratificação de Férias	12.351,55	10.866,64	10.866,64	10.866,64	10.866,64	10.866,64
Auxílio Alimentação	914,57	914,57	914,57	914,57	914,57	914,57
Auxílio Moradia (*)	-	-	1.800,00	-	-	-
Remuneração Variável (**)	Até 6 honorários	Até 6 honorários	Até 6 honorários	Até 6 honorários	Até 6 honorários	Até 6 honorários

* Conforme Decreto nº 3.255, de 19.11.1999, revogado em dezembro 2019, benefício que irá vigorar até a AGO de 2020

** Caso sejam alcançadas todas as metas estipuladas pela SEST e já contemplando o bônus por extrapolação de metas de até 2 honorários

Quadro 6: Composição da Remuneração dos Membros do Conselho de Administração - Período de Abril/2019 a Março/2020 – Valores em R\$1,00.

OCUPANTE	CARGO	PERÍODO	HONORÁRIO
Carlos Augusto Moreira Araújo	Presidente	De abril/2019 a março/220	3.612,09
Valdecir José de Souza Tose	Membro	De abril/2019 a março/220	3.612,09
Genival Francisco da Silva	Membro	De abril/2019 a julho/2020	3.612,09
Michel Neves Sarkis	Membro	De agosto/2019 a janeiro/2020	3.612,09
Fábio Ribeiro Servo	Membro	De abril/2019 a setembro/2019	3.612,09
Andrea Maria Ramos Leonel	Membro	De outubro/2019 a março/2020	3.612,09
Fabio Malina Losso	Membro	De julho/2019 a março/2020	3.612,09
Inálio Vieira Cruz	Membro	De abril/2019 a março/2020	3.612,09



BANCO DA AMAZÔNIA

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DO BANCO DA AMAZÔNIA – 2019

Quadro 6: **Composição da Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal** - Período de Abril/2019 a Março/2020 – Valores em R\$1,00.

Cargo	Presidente	Membro	Membro	Membro
Ocupante	Rogério Gabriel Nogalha de Lima	Márcia Ribeiro Abreu	Antonio Leonardo Silva Lindoso	Lauro Arcângelo Zanol
Honorário	3.612,09	3.612,09	3.612,09	3.612,09

Mais informações acerca da política de remuneração da administração do Banco da Amazônia podem ser consultadas nos itens 13.1, 13.2, 13.3, 13.11 e 13.13 do Formulário de Referência disponibilizado no site institucional, no endereço www.bancoamazonia.com.br.

Manifestação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Banco da Amazônia S.A. declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2019, em conformidade com os incisos I e VIII do art. 8º da Lei nº 13.303, de 30/6/2016.

Em, 15 de junho de 2020.

Carlos Augusto Moreira Araújo

Presidente

Valdecir José de Souza Tose

Conselheiro

Alexandre Pedercini Issa

Conselheiro

Andrea Maria Ramos Leonel

Conselheira

Fabio Malina Losso

Conselheiro

Michel Neves Sarkis

Conselheiro

Inálio Vieira Cruz

Conselheiro